

Identificação dos elementos do desenvolvimento regional com base em análise de um destino turístico: a Região das Hortênsias (Serra Gaúcha)

Identification of the elements of the regional development through the analysis of a tourist destination: the Hydrangeas Region (Serra Gaúcha - Brazil)

Edegar Luis Tomazzoni

Resumo

A contextualização espacial do desenvolvimento fundamenta-se no conceito de região, considerando suas diversas classificações. Os estudos dos fatores da delimitação territorial do desenvolvimento são apresentados pelo referencial teórico da geografia econômica e de vários economistas. A visão sistêmica da concentração regional das atividades produtivas é estratégia relevante para entender os fatores que dificultam ou impulsionam o desenvolvimento socioeconômico. Além disso, essa contextualização teórico-espacial possibilita identificar e validar elementos relevantes da realidade das cadeias produtivas e dos aglomerados econômicos. Para a validação dos elementos do referencial teórico e identificação de elementos tácitos, estudam-se experiências da Região das Hortênsias (Serra Gaúcha), principal destino turístico do Rio Grande do Sul, formada pelos municípios de Gramado, Canela, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula.

Palavras-chave: desenvolvimento regional, pólos, cadeias produtivas, aglomerados econômicos, elementos

Abstract

The spatial delimitation of development is based on the concept of region, considering its classifications. The studies of the factors of the territorial development are presented by the theoretical referential of the economic geography and many economic theories. The systemic vision of the regional concentration of the productive activities is a relevant strategy to understand the factors that make socioeconomic development go through a rough patch or boost it. Furthermore, through the theoretical spatial delimitation it is possible to identify and confirm relevant elements to analyze the economic productive chain and clusters reality. The test of the elements was performed applying them to the Região das Hortênsias (Serra Gaúcha) (the Hydrangeas Region), the main tourism destination of Rio Grande do Sul State (Brazil) that is formed by the municipal districts of Gramado, Canela, Nova Petrópolis and São Francisco de Paula.

Key-words: regional development, poles, productive chains, economic clusters, elements

¹ Doutor em Turismo com ênfase em Desenvolvimento Regional pela USP — Universidade de São Paulo. Professor e pesquisador do Departamento de Pós-Graduação, Programa de Mestrado em Turismo - PPGTUR da UCS - Universidade de Caxias do Sul. - E-mail: edegarlt@terra.com.br. Endereço profissional: Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bloco 46 – Cep 95070 – 560 – Caxias do Sul – RS.

1. Introdução

O que determina a contextualização de uma região como pólo de desenvolvimento? Quais os principais fatores de constituição do espaço de aglomeração territorial das atividades produtivas? Seriam fatores geográficos, abrangendo clima, vegetação e hidrografia? Ou seria o fator humano, no sentido de que é o homem, por seus atributos e suas características de transformador da natureza e de empreendedor, constrói um pólo ou uma região, independente de outros fatores?

Para Hugon (1984, p. 103),

Adam Smith fez aprofundado estudo do trabalho e da sua produtividade. Servirá essa produtividade de base à explicação da riqueza das diferentes nações: Não se vêem, porventura, — escreve Smith — povos pobres em terras vastíssimas, potencialmente férteis, em climas dos mais benéficos? E, inversamente, não se encontra, por vezes, uma população numerosa vivendo na abundância em um território exíguo, até algumas vezes em terras penosamente conquistadas ao oceano, ou em territórios que não são favorecidos por dons naturais? Ora, essa é a realidade. É por existir uma causa sem a qual os recursos naturais, por preciosos que sejam, nada são, por assim dizer. Uma causa que ao atuar, pode suprir a ausência ou insuficiência de recursos naturais. Em outros termos, uma causa geral e comum de riqueza, causa que, atuando de modo desigual entre os diferentes povos, explica as desigualdades de riquezas de cada um deles. Essa causa dominante é o trabalho. E, para Smith, a proporção segundo a qual o produto desse trabalho reparte-se por entre um número maior ou menor de consumidores é que torna uma nação mais ou menos rica.

Por um lado, os grupos humanos exercem esforços para adaptar e moldar o espaço aos seus interesses e a suas necessidades, causando-lhe impactos. Por outro lado, por meio de um processo de interações sociais, as organizações especializam-se em determinadas atividades produtivas adaptando-se às condições do espaço físico. Na delimitação espacial do desenvolvimento econômico, uma das premissas é a definição de critérios da contextualização geográfica ou territorial.

Considerando-se que o espaço geográfico é preexistente, os elementos que determinam a existência de um espaço econômico regional são a distância em relação às fontes de recursos naturais (matérias-primas) e o acesso aos mercados consumidores. Outra idéia central das análises de um contexto geográfico é que o custo é também um fator relevante da existência dos aglomerados econômicos. O custo é essencialmente determinado pela produção, em conjunto com o tempo e o preço do transporte. Outro elemento que incide diretamente sobre a definição do espaço é a economia de escala, que visa a ganhos de produtividade e rendimentos crescentes. A ordenação desses elementos enseja o surgimento dos aglomerados urbanos em que se concentram as grandes populações que vivem em função de oportunidades de trabalho e de obtenção de renda.

Um dos critérios para delimitar geograficamente um espaço ou território pode ser a decisão política. Existem diversos parâmetros e critérios para conceituar região. Além dos fatores geográficos e econômicos, a constituição de uma região é um fenômeno de natureza política. A economia espacial refere-se à análise das atividades econômicas, identificando aspectos referentes à sua proximidade e concentração.

Para aplicação dos referenciais teóricos e identificação dos elementos destacados por este estudo, analisou-se a Região das Hortênsias, formada pelos municípios de Gramado, Canela, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula. A Região das Hortênsias tem como principal atividade econômica o turismo, sendo, no Rio Grande do Sul, referência no setor.

Sua infra-estrutura abrange parques de reservas naturais, rede hoteleira diversificada e vias de acesso aos principais centros urbanos. Além de ser o principal destino turístico, concentra o maior número de hotéis e pousadas do estado, com mais de 260 estabelecimentos e 18 mil leitos.

A essa classificação corresponde também o faturamento do setor, isto é, R\$ 5,6 milhões para o Rio Grande do Sul, contra R\$ 43,81 milhões para São Paulo e R\$ 20,35 milhões para o Rio de Janeiro. Dos 1,33 milhão de turistas que ingressam por ano no Rio Grande do Sul, mais de 30% têm como destino a Região das Hortênsias, significando o maior faturamento do setor no estado, isto é, cerca de R\$ 1,7 milhão.

Assumindo-se o princípio de que a Região das Hortênsias é territorialmente delimitada com base na decisão endógena dos atores locais, iniciativas de realizações, como o Projeto Veraneio na Serra Gaúcha, tiveram como objetivo reduzir a sazonalidade do turismo regional, por meio da integração entre as organizações públicas e privadas e os empreendedores do setor. O Projeto Veraneio na Serra Gaúcha iniciou-se em 2004 e ampliou-se para o Programa Hortênsias, contemplando campanhas de fomento das quatro estações do ano como temporadas turísticas.

Os estudos de campo foram realizados por meio de contatos com as organizações que constituem o Comitê Gestor do Programa Hortênsias: Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares da Região das Hortênsias; Prefeituras Municipais e Secretarias de Turismo; Associações Comerciais; e Sebrae.

2. O turismo

Em suas várias dimensões, abrangências e abordagens, o turismo tem conquistado cada vez mais espaços. Nos campos econômico, político e acadêmico, têm-se ampliado os projetos, as ações e os estudos, visando ao desenvolvimento sustentável. Essas conquistas, entretanto, geram novos desafios na construção de conhecimentos teóricos e em sua efetiva aplicabilidade ou aproveitamento para a solução de novos problemas econômicos e sociais, diante das constantes mudanças e transformações da realidade.

Por mais que se entendam, por exemplo, as funções, responsabilidades e papéis dos diversos atores e organizações sociais — Poder Público, iniciativa privada, comunidades, organizações não-governamentais —, ainda existem divergências e dúvidas quanto às competências de cada um, uma vez que se alteram com o passar do tempo.

O acesso das pessoas ao bem-estar social e a melhores condições de qualidade de vida diz respeito a todos os setores da economia, entre os quais inclui-se o turismo. Considera-se que o turismo reúne potencialidades e características, cujo aproveitamento contribui para a solução de problemas causados pela desigualdade social. O turismo é alternativa relevante para revitalização das oportunidades, com base na construção de novas organizações que se especializem na produção de serviços.

Arrillaga (1976) enfatiza que o turismo tem-se destacado na produção científica por seus aspectos econômicos. Assim, a maior parte da bibliografia em turismo trata de atributos econômicos. Os incentivos e as regulamentações governamentais do setor justificam-se por sua importância econômica. Entre os mitos do turismo abordados por Lemos (1998), destaca-se o senso comum do desenvolvimento econômico proporcionado pela atividade. Para o autor, o turismo é, pois, uma alternativa de crescimento econômico.

Os efeitos do turismo são identificados por Wahab (1991). O balanço de pagamentos é um efeito direto resultante do intercâmbio turístico entre o país e o mercado internacional. O saldo é a diferença entre as receitas das vendas de serviços a estrangeiros em viagem no país e as despesas dos residentes em viagens ao exterior. Para Wahab (1991), o turismo contribui significativamente com a distribuição de renda e é o setor econômico que mais gera empregos, impulsionando o poder aquisitivo dos aglomerados industriais e comerciais. O efeito multiplicador do turismo é classificado por esse autor como impacto indireto e definido como a propriedade de gerar transações diversas e um montante maior do que o recebido de um turista. Outros exemplos de efeito indireto do turismo são as exportações de produtos secundários, resultantes das compras efetuadas pelos turistas e as receitas tributárias geradas para o setor público.

Para Lickorish (2000), o turismo cria mais postos de trabalho por unidade de capital do que uma unidade similar de capital investida em outro setor. Por ser uma atividade que abrange múltiplos setores, é difícil medir o número de ocupações no turismo. O volume de renda e o número de empregos são mensurados por meio de amostragem. No mesmo sentido, Cooper *et al.* (2001) argumentam que o turismo absorve quantidade expressiva de mão-de-obra, ao contrário de setores produtivos da economia, como indústria e agricultura, nos quais ocorre dispensa de pessoal em razão dos avanços tecnológicos. Retomam o conceito de efeito multiplicador com base na idéia de interdependência entre os setores industriais de uma economia. A demanda final de um produto afeta a empresa e seus fornecedores.

3. Contextualização regional e desenvolvimento

Em um artigo de 1973, Ablas aborda as deficiências da teoria econômica clássica em analisar o desenvolvimento regional, pois não contempla as dimensões espaço e tempo. Com a adaptação da teoria do comércio internacional a uma nova dimensão espacial, inicia-se a formulação da teoria econômica regional. Para Ablas (1973, p. 64), “o campo teórico da economia regional iniciou-se com os primeiros estudos de economia espacial, com base em três componentes: a teoria da localização de Lösch (1953); a teoria do multiplicador internacional e inter-regional evidenciada por Metzler (1973); a análise das relações inter-industriais de Leontief (1951)”.

Ablas (1973) cita a definição de macroeconomia espacial ou economia regional de W. Isard (1960) que destaca vários problemas da análise regional: identificação de indústrias com potencial; elevação e distribuição da renda; independência às flutuações conjunturais (nacionais e mundiais); utilização eficiente de dotação de recursos limitada, senão irrisória.

Quanto ao conceito de região, Ablas (1973, p. 65) destaca as definições de vários autores. Para Lösch (1953), as regiões seriam áreas de mercado definidas por fronteiras econômicas. Para Fisher (1973), o conceito mais útil de região, em muitos casos, é o que se poderia chamar de região de desenvolvimento econômico de onde sobressai a adoção de medidas,

programas e intervenções para levá-la do nível em que se encontra economicamente hoje até alguns objetivos econômicos predeterminados. Hilhorst (1969) parte da idéia de que os seres humanos têm necessidade de espaço para suas atividades e define as regiões como espaços sociais, econômicos e administrativos polarizadores das aglomerações urbanas, que preenchem as funções de cidade de segunda ordem de um país.

Em uma obra publicada em 1985, Ablas apresenta a definição de região de Boudeville (1972). Para Ablas (1985, p.51), “esse autor faz uma distinção entre região homogênea, região polarizada e região de planejamento”. A região homogênea caracteriza-se por um conjunto de partes semelhantes entre si, podendo predominar aspectos econômicos (renda *per capita*, poder aquisitivo), geográficos ou climáticos.

Boudeville (1973, p. 12) explica:

Pode-se caracterizar a região por sua maior ou menor uniformidade: ela é mais ou menos homogênea. Pode-se estudá-la, em segundo lugar, do ponto de vista da interdependência e da hierarquia de suas diversas partes, sendo mais ou menos polarizada. Pode-se, finalmente, encarar a região do ponto de vista da decisão, do objetivo colimado e do programa estabelecido: é a região-programa ou região-piloto.

Quanto à região-piloto, Ablas (1985) define-a como região de planejamento, interpretando a definição de Boudeville (1973). É importante observar a definição de Boudeville (1973, p. 17) para região-piloto ou região-programa:

Um espaço contíguo cujas diversas partes encontram-se na dependência de uma mesma decisão, como as filiais dependem de uma matriz. Representam um instrumento colocado nas mãos de uma autoridade sediada ou não sediada na região, a fim de que seja atingida uma meta determinada.

Oliveira (2006, p. 84) ressalta:

No plano teórico, pode-se considerar que uma região é decorrente da manifestação concreta da consciência regional percebida entre seus membros, possibilitando uma diferenciação entre quem está dentro (membros) e quem está fora (não membros). Em outros termos, podemos raciocinar que regiões não são fatos geográficos, mas fenômenos politicamente construídos.

As abordagens de Clemente (2000) contribuem para a aplicação dos diferentes conceitos dos espaços regionais, por meio de exemplificações. As regiões Norte e Nordeste do Brasil, Tennessee e dos Apalaches, nos EUA, e a região do Mezzogiorno, no sul da Itália, são exemplos típicos de delimitação de planejamento pelo setor público como regiões-problema, tendo em vista a elevação da qualidade de vida e o desenvolvimento econômico. Para Clemente (2000, p. 14) “em resumo, a referência espacial das decisões econômicas, tanto do setor privado, quanto do setor público, constitui uma região de planejamento”.

Sobre a polarização, afirma Clemente (2000, p. 15):

As áreas metropolitanas constituem exemplo muito claro do conceito de região polarizada. Essas áreas são tipicamente constituídas por um grande pólo urbano que concentra atividades industriais, comerciais e de serviços, em torno do qual

gravitam centros muitos menores, cuja população aufere renda e realiza despesas quase exclusivamente no grande centro.

Quanto à idéia de espaço homogêneo, informa ainda Clemente (2000, p.16):

A região é freqüentemente associada a certa uniformidade ou homogeneidade. Assim, Região do Pantanal, Região do ABC Paulista, Região da Baixada Fluminense, Região do Cerrado, Região do Agreste são exemplos que apresentam implícita a idéia de homogeneidade. A Região Têxtil de Santa Catarina constitui uma região homogênea do ponto de vista da presença de fábricas de fios e tecidos. A Região de Minérios, nas proximidades de Curitiba, constitui uma região homogênea quanto à presença de atividades de mineração e industrialização de minerais não-metálicos.

Apresentadas essas contextualizações, aborda-se a fundamentação teórica do desenvolvimento econômico regional. Para Ablas (1973), o desenvolvimento econômico regional tem um sentido de crescimento do bem-estar, identificado pela renda *per capita*, pela disponibilização e pelo acesso a serviços sociais, condições de saúde e outros indicadores. A análise de Ablas fundamenta-se em duas visões, identificadas por Hilhorst (1969): uma com base no exterior e outra, no interior da região. O desenvolvimento fundamentado no exterior depende dos fatores da mobilidade inter-regional (transportes, comunicações) e da extensão geográfica. Para Ablas (1973, p. 66), “se existe uma complementaridade entre as produções de duas regiões, as trocas entre elas conduzirão a um desenvolvimento da região menos rica”.

No mesmo sentido, Haddad (1975) aborda os requisitos necessários para uma teoria do desenvolvimento regional. Baseia-se o entendimento de Haddad na hipótese de que o desenvolvimento regional é induzido pelas exportações. O autor diferencia as economias regionais das economias nacionais com base na argumentação de Friedman (1966) de que “as economias regionais são abertas ao mundo exterior e sujeitas à influência externa”. Para Haddad, as economias nacionais podem exercer diversas formas de controle sobre os fluxos de produção e de mercado, e as economias regionais estão submetidas às conseqüências da grande mobilidade de fatores através de suas fronteiras.

A variável da mobilidade induz mudanças nos fluxos, podendo causar impactos positivos ou negativos sobre a realidade da região, dependendo do seu poder de atração sobre os fatores de produção e de mercado. A assimetria na distribuição espacial de recursos entre as regiões é uma razão importante da mobilidade dos fluxos. Ao questionar porque as atividades econômicas concentram-se em determinados lugares, Haddad identifica a variável estratégica da distância como causa dos custos de transportes que determinam o padrão locacional.

Evidencia-se uma vocação regional, definida por Haddad (1975) como teoria da base de exportação, cuja hipótese é que a região é especializada em atender a demandas de outras regiões do país ou de outros países. Como fatores que podem fortalecer ou enfraquecer o impulso exportador, aparecem o preço e a capacidade de exportação. Esses fatores determinam a magnitude da participação regional no mercado.

Pelo critério de classificação regional em região-piloto, de planejamento ou programa, a tendência é pensar em políticas e ações padronizadoras para os municípios, desconsiderando as peculiaridades individuais das comunidades locais. As políticas do

desenvolvimento regional devem contemplar e beneficiar democraticamente as comunidades locais, pois, mesmo com programas de integração e desenvolvimento regional, prevalecem as ações de desenvolvimento local, focadas e embasadas na realidade de cada município ou comunidade. Esse desenvolvimento é do tipo endógeno e, se combinado com políticas de procedência exógena, pode potencializar os projetos de desenvolvimento local e regional. Assim, explica Barquero (2002, p. 211):

Nos anos de 1980 e 1990, a problemática territorial sofreu profundas alterações. As políticas tradicionais regionais demonstraram sua incapacidade de responder aos novos fatos e processos. A dinâmica territorial (mudanças econômicas e espaciais) já não pode ser explicada pelo conceito das disparidades regionais. Isso exige, efetivamente, um marco teórico e de análise distinto daquele que reduzia o problema às relações entre regiões ricas e pobres ou entre centro e periferia. [...] Manter uma estratégia como o repasse de recursos das regiões mais ricas para as mais pobres, além de ser ineficaz, revelava-se inviável, uma vez que a própria dinâmica dos processos neutraliza tal política.

Furtado (1979) aborda a concepção dos pólos de crescimento de Perroux, cujos elementos são a indústria-chave, o mercado imperfeito e as economias externas, relacionando a idéia de complementaridade com a doutrina do desenvolvimento equilibrado. A complementaridade de projetos enseja um grande impulso (*big push*) com irradiação do desenvolvimento na região.

4. Pólos de desenvolvimento e territorialidade

Hansen (1975) ressalta que Perroux centraliza sua análise mais nas relações do complexo econômico do que em considerações especificamente geográficas. Os centros ou pólos são campos de forças centrífugas e centrípetas, localizados no campo de outros centros. Para Hansen, confunde-se pólo de desenvolvimento com indústria básica, conjunto industrial ou estabelecimento empresarial, criando-se a expectativa errônea de garantia de crescimento econômico certo e a falsa idéia de garantia de benefício para a região de localização. Justificando sua análise, Hansen (1975) defende estudos associados e sistematizados do crescimento regional, como a teoria de Paelinck que faz um diagnóstico das reais possibilidades do desenvolvimento regional acelerado. As implicações econômicas e políticas da complexidade do crescimento variam de acordo com o contexto espacial e temporal.

A teoria dos pólos de desenvolvimento de Perroux explica que o crescimento econômico, por diversas razões, concentra-se em pontos determinados de variadas intensidades. A concentração de indústrias gera efeitos sobre o conjunto da economia, beneficiando regiões que ela polariza. Para Andrade (1987), na macrovisão espacial se estabelece uma hierarquia entre os pólos, desde os internacionais até os regionais e locais. Os pólos podem ser comparados aos astros que se atraem entre si. O geógrafo Michel Rochefort (1998) observa que se cria um círculo virtuoso de impulsão entre indústrias e serviços.

Perroux (1978) aborda o conceito de inovação de Schumpeter: as indústrias motrizes desestabilizam o contexto do pólo de crescimento, gerando ondas de inovação. Perroux discorda, entretanto, de alguns pontos da visão de Schumpeter (1934), argumentando que o setor público também é agente de inovação, além dos empresários e que a concorrência é

imperfeita em razão dos monopólios e oligopólios. O pólo de crescimento articula-se com a região por meio de estradas, transportes e comunicações, influenciando, portanto, o seu desenvolvimento.

Andrade (1987, p. 59) explicita:

Para Perroux o pólo é o centro econômico dinâmico de uma região, de um país ou de um continente, e o seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca, de vez que ele cria fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região. O desenvolvimento regional estará, assim, sempre ligado ao do seu pólo. Perroux e Boudeville identificam que, de acordo com a abrangência, os pólos se classificam em: pólo-nação, pólo-região e pólo-cidade. A polarização econômica também acontece na relação entre países, em que se estabelecem os países-foco (ou centro) e os países-satélite (ou periferia). Perroux elaborou outros conceitos para a análise dos pólos de crescimento que são: eixos de desenvolvimento, nós de tráfego, zonas e pontos de desenvolvimento. Os eixos de desenvolvimento são as ligações entre dois pólos, pelas quais fluem os fatores de produção que impulsionam as atividades do território e dinamizam a vida da população. Nos cruzamentos dos eixos de desenvolvimento surgem os nós de tráfego. As zonas de desenvolvimento são concentrações geográficas acentuadas de indústrias. As nações são conjuntos de pólos articulados e encadeadores de desenvolvimento. Esses conjuntos são os pontos de desenvolvimento.

Os estudos de Kayser (1966) evidenciam a presença da cidade como pólo ou nó que constitui uma teia ou rede de relações sociais, comerciais e políticas, orientando e organizando a vida econômica regional. A região faz parte de um conjunto e pode ser de intervenção quando é objeto de um programa especial de governo. A análise de Cholley (1951) destaca o homem como ator da organização que constitui a região. Cholley argumenta que “domínio” é o termo mais adequado que “região”, tanto para identificar unidades físicas, estruturais, climáticas, morfológicas e biológicas, quanto para fenômenos ligados à atividade humana, como o domínio do trigo ou o domínio da vinha. A noção geográfica de Cholley evoca o território como base para as ações sociais, econômicas, culturais e políticas do homem.

Courlet e Pecqueur (1996) enfatizam que o conceito de território, no estudo de sistemas produtivos localizados, renova a economia do desenvolvimento. Enumeram as variáveis do processo: relações de cooperação, competência e mobilidade dos trabalhadores; atuação das instituições de ensino; e pesquisa tecnológica. Verificam-se, pois, territorialmente modos específicos de produção e circulação de informações que compõem acervos de valores historicamente enraizados e exclusivos. Courlet e Pecqueur (1996) apresentam ainda uma classificação de modelos de desenvolvimento endógeno: os distritos industriais, os pólos tecnológicos baseados na grande empresa inserida num centro local de inovação (Toulouse, Grenoble, Cambridge), os sistemas locais de inovação e os centros inovadores (Silicon Valley). O fator humano é a base do processo de desenvolvimento endógeno, por meio da aplicação de recursos para a inovação e a gestão das relações externas. O desenvolvimento do território pode, entretanto, ser também de natureza exógena ou passiva.

A justificativa para os estudos da importância das aglomerações populacionais e das atividades econômicas são os ganhos de produtividade que Polèse (1998) definiu como

externalidades ou economias externas. As externalidades econômicas possibilitam ganhos de produtividade, em função da localização, redução de custos de produção e de transporte. Os custos são partilhados entre as organizações do aglomerado, e as facilidades são geradas pelo sistema econômico. Polèse (1998) salienta também a multiplicação das oportunidades de trocas e das especializações decorrentes das vantagens comparativas.

Os benefícios das externalidades econômicas diversificam-se e ampliam-se em termos de geração de conhecimentos, por meio da distribuição de informações, criando-se um ambiente favorável à inovação em tecnologia, processos de produção, métodos de comercialização, capacitação e qualificação de recursos humanos. Barquero (2001) defende a teoria do desenvolvimento endógeno definido como uso do potencial existente no território pelas cidades e regiões, com base na referência da grande teoria do desenvolvimento. “A existência de externalidades é uma condição necessária para o desenvolvimento de uma cidade ou região. A rede de empresas industriais dá origem a uma multiplicidade de mercados internos e é, portanto, geradora de economias externas” (BARQUERO, 2001, p. 61).

Existe uma diferenciação entre economias de localização e economias de urbanização. Nas economias de localização, consideram-se os resultados das interações entre as indústrias. Nas economias de urbanização, obt

êm-se vantagens em função do contexto geográfico das áreas ou centros urbanos. Para Polèse (1998), as indústrias das economias de urbanização obtêm vantagens que se revertem em ganhos de produtividade proporcionados pelos bens públicos. Como exemplos de bens — ou equipamentos — construídos pelo setor público, Polèse destaca estradas, portos, aeroportos, instalações elétricas, redes de esgoto. Como exemplo de serviços, tem-se: administração pública, educação, saúde, justiça e segurança.

A tendência da análise da região como espaço econômico é restringir-se à delimitação do seu contexto geográfico, considerando as interações endógenas. A região é, entretanto, um sistema que interage com outras regiões. A análise sistêmica contempla, portanto, todos os tipos de intercâmbios da região. Polèse (1998) argumenta que a teoria da base econômica ou da base de exportação de C. Tiebout (1962) apresenta o modelo dependente das exportações. A região depende de variáveis externas e submete-se às exigências da procura para tornar-se competitiva. Há dois tipos de atividades no modelo: as atividades de base e as atividades derivadas ou complementares.

O modelo de base econômica possibilita analisar o percurso dos fluxos monetários na região, visando à máxima retenção dos ingressos de renda e o seu desdobramento em efeito multiplicador. Isso significa desenvolvimento de várias atividades econômicas e impulso a novas atividades. Polèse (1998) identifica como fatores que constituem o poder de retenção monetária: 1) diversificação da estrutura produtiva da região; 2) intensidade das transações entre os agentes econômicos; 3) distância em relação a outras regiões. Quanto mais desenvolvidos esses fatores, maiores as condições para incrementar o efeito multiplicador. A capacidade da região de manter-se atualizada em campos, como capital físico, capital humano e conhecimento tecnológico, é fator de competitividade para retenção de renda e potencialização do efeito multiplicador.

Haddad (2001) destaca que o desenvolvimento regional leva à competitividade dinâmica de empresas e regiões e distingue crescimento econômico (mais atividade econômica,

renda, emprego e produção) de desenvolvimento regional (em que, além do crescimento econômico, pressupõe-se uma organização social da região). O autor alerta para a diferença entre vantagens comparativas espúrias, que não se sustentam a longo prazo, tais como incentivos fiscais e financeiros, uso predatório do ecossistema e exploração de mão-de-obra, de vantagens comparativas dinâmicas, mais resistentes, ligadas à dotação de recursos da região. Quanto maior a população, mais alto o nível de produtividade e melhor a distribuição de renda, maior será o mercado interno. Novas atividades econômicas geram impactos positivos em uma região, como geração de empregos diretos e indiretos, elevação da renda e arrecadação de impostos e taxas.

Um dos mais prestigiados estudiosos de teoria econômica, Gunnar Myrdal fundamentou, em 1957, suas análises no modelo de causação circular cumulativa para explicar as razões dos desequilíbrios entre regiões desenvolvidas e regiões subdesenvolvidas. Em sua análise, Myrdal (1972) argumenta que a disparidade entre países pobres e ricos tem-se acentuado, além de manter-se a tendência de estagnação ou regressão das economias subdesenvolvidas. Para ele, são os efeitos do processo de causação circular cumulativa da economia de livre mercado a causa do abismo entre as duas realidades econômicas. A lei da inércia é bem evidente nas análises de Myrdal, pois, além de manter sua condição vantajosa, as economias do Primeiro Mundo conquistam seu desenvolvimento às custas de outras regiões.

Myrdal (1972) contesta também a teoria neoclássica que aposta nos instrumentos do mercado como corretores naturais das disparidades, argumentando que a mobilidade dos fatores de produção, em favor das economias fortes, provoca impactos desequilibradores cumulativos. As regiões mais ricas conquistam o desenvolvimento que se auto-alimenta às custas de regiões periféricas, gerando-se os efeitos de causação cumulativa ou desequilíbrios espaciais cumulativos. Os fluxos de capital ocorrem num único sentido, sem retorno, isto é, das regiões pobres ou periféricas para as regiões mais ricas que polarizam o desenvolvimento. A solução de Myrdal para essa situação de crescente assimetria dos fluxos migratórios de capital, bens, serviços e mão-de-obra, em benefício exclusivo das regiões ricas, é a criação de políticas públicas que eliminem os prejuízos que fragilizam as regiões pobres. As políticas públicas seriam um mecanismo de intervenção para promover um intercâmbio de benefícios e criar uma reversão do fluxo de riquezas, invertendo-se o efeito de causação cumulativa.

O círculo vicioso de atraso e pobreza dos países subdesenvolvidos poderia ser transformado em virtuoso por meio da reforma planejada da economia, a fim de implementar um encadeamento de avanços sucessivos. A teoria de Myrdal abrange variáveis econômicas, sociais e culturais para diagnosticar as diversas causas da situação, visando a transformações de acordo com as expectativas dos agentes. A característica dinâmica da teoria de Myrdal, ao abordar a influência de fatores diversos nos processos, diferencia-se das demais políticas econômicas (SANDRONI, 1997).

Sachs (1964) denuncia que demarcar fronteiras precisas entre os setores pela contigüidade geográfica é uma fraqueza metodológica, pois o capitalismo avança estabelecendo mudanças das fronteiras setoriais. Defende que a única maneira legítima e científica de definir setores é pelo critério das relações de produção predominantes.

Perrin (1974) apresenta uma visão sistêmica, distinguindo três elementos centrais da economia regional: cadeias produtivas, estruturas de consumo e estruturas de distribuição

de renda. Destaca a idéia de circuito produtivo que constitui a demanda no interior da região, por meio da geração de capacidade de consumo das famílias e das empresas locais com a remuneração dos fatores produtivos — trabalho, capital e recursos. Em razão desse sistema de circuito, a região torna-se, portanto, especializada e mais independente economicamente. A intensidade do desenvolvimento regional resulta da capacidade de diversificação das cadeias produtivas mediante investimentos das poupanças em diferentes setores. Além disso, é necessário um intercâmbio dinâmico entre as diversas cadeias setoriais, visando a um incremento progressivo dos fluxos para a geração de riquezas. Os fluxos mantêm-se com os investimentos e potencializam-se com a internalização de inovações tecnológicas.

A economia regional é, entretanto, um sistema aberto, que supre demandas de diversas regiões da nação e também do exterior, constituindo-se em pólo de exportação. Essa polarização exportadora é importante — e muitas vezes fundamental — para compensar as limitações do mercado consumidor interno e para capitalizar os diferenciais e vocações competitivas, que são atividades nas quais a região possui maior especialização, como o turismo. Essa especialização enseja e exige a divisão do trabalho para atender às necessidades crescentes das demandas externas, pois o circuito interno não é suficiente para o desenvolvimento, em razão das fugas de receitas causadas pelas importações. A diversificação e a integração das cadeias produtivas proporcionam a capacidade exportadora e a dinamização da economia regional.

Pode-se inferir que o critério predominante para a delimitação geográfica das regiões brasileiras foram os elementos físicos, os aspectos do relevo, do clima e da vegetação. Esse referencial predomina também na delimitação geográfica do Brasil pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que, em 1941, dividiu o País oficialmente em grandes regiões naturais. Para Andrade (1987), o geógrafo do IBGE, Fábio Guimarães, seguiu as orientações de Ricchieri (1920) que conceituou região natural geográfica, admitindo que os agentes físicos, naturais e econômicos interinfluenciavam-se.

Mas, no jogo de influências, às vezes, uns dominavam os outros. Ressalte-se o fato de, na região amazônica, haver predominância do fator botânico, da mesma forma que, nos Alpes, domina o fator relevo e, no Saara, o fator clima. Guimarães elaborou a divisão do País em cinco grandes regiões naturais — Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste — fazendo com que as fronteiras entre as grandes regiões e os estados coincidissem para facilitar os interesses didáticos e estatísticos (Andrade, 1987).

Assim explica Andrade (1987, p. 42):

Observa-se, contudo, que o grande geógrafo brasileiro apega-se a dois tipos diversos de regiões, as naturais e as humanas, não procurando fazer a síntese do que seria a região verdadeiramente geográfica, daí afirmar que nas “regiões geográficas propriamente ditas, em que se levam em conta simultaneamente fatos físicos e humanos, as relações entre uns e outros tornam-se demasiado frouxas, visto que não mais se admite o determinismo geográfico”. Admite, ainda, no último trabalho citado, ser o conceito de região dinâmico e subjetivo.

Visando a tornar a construção do modelo de análise mais operacional, é necessário situar os elementos identificados no contexto de uma região. É importante enfatizar que à teoria da geografia econômica agrega-se uma série de outros elementos, sendo um dos mais

relevantes a própria região, como fator de delimitação espacial da análise do desenvolvimento.

5. Cadeias produtivas e aglomerados econômicos

A compreensão da teoria dos aglomerados passa por um apanhado de antecedentes conceituais, fundamentados na construção do pensamento econômico; em destaque, as contribuições de Alfred Marshall (1920), considerado o introdutor do conceito de economias de aglomeração na teoria econômica. Marshall divide as economias derivadas de um aumento de escala de produção em dois grupos: externas, que dependem do desenvolvimento geral da indústria; e internas, que dependem de sua própria eficiência, organização e recursos de seus clientes. Marshall conclui que as economias externas podem ser obtidas pela concentração de pequenas empresas, situadas em determinadas localidades. A concentração de muitas pequenas empresas similares proporciona ganhos independentemente de suas ações. As economias internas dependem da eficiência dos métodos administrativos e organizacionais de cada uma das empresas. Para ele, a presença de demanda localizada, poder aquisitivo e alto padrão de consumo cria uma atmosfera favorável ao crescimento econômico. Assim, idéias geram idéias, indústrias geram indústrias.

A idéia central da explicação de Marshall sobre a origem e a existência dos aglomerados é a necessidade de as organizações industriais e comerciais reduzirem custos e maximizarem lucros. Um fator fundamental para essas conquistas é a localização geográfica próxima às fontes de matérias-primas e aos mercados consumidores. Esse fator potencializa a vantagem enfatizada por Adam Smith da divisão do trabalho, além de agregarem-se aos sistemas produtivos maiores facilidades de comunicação, transporte, acesso a recursos naturais, obtenção de crédito e maior disponibilização de tecnologia e de mão-de-obra especializada.

Marshall (1996, p. 320) ressalta:

São tais as vantagens que as pessoas que seguem uma mesma profissão especializada obtêm de uma vizinhança próxima, que, desde que uma indústria escolha uma localidade para se fixar, aí permanece por longo espaço de tempo.

[...] Acabam por surgir, nas proximidades desse local, atividades subsidiárias que fornecem à indústria principal instrumentos e matérias-primas, organizam seu comércio e, por muitos meios, proporcionam-lhe economia de material.

Explica Hissa (2003):

Marshall (1890) descreveu inicialmente o conceito de “distrito industrial” para caracterizar as concentrações de pequenas e médias empresas localizadas ao redor das grandes indústrias nos subúrbios das cidades inglesas. Esse tipo de desenvolvimento de economias externas é mais conhecido na literatura não só da economia, mas também entre sociólogos, geógrafos e antropólogos, como a “teoria do desenvolvimento local”. É um modelo de desenvolvimento que não se baseia simplesmente na mensuração de variáveis econômicas, como taxa, juros, salários, déficit público e câmbio, mas sim nas potencialidades de uma

determinada região geográfica delimitada, levando-se em consideração os recursos naturais, a vocação produtiva e fatores socioculturais, como: laços familiares, confiança entre os agentes produtores, grau de relacionamento entre as empresas, cooperação interfirmas, costumes, tradições (religião, etnia, laços culturais).

Lê-se em Marshall (1996, p. 318-20):

São muitas as causas que levaram à localização de indústrias, mas as principais foram as condições físicas, tais como a natureza do clima e do solo, a existência de minas e de pedreiras nas proximidades, ou um fácil acesso por terra ou mar. Assim, as indústrias metalúrgicas situaram-se geralmente perto de minas ou em lugares em que o combustível era barato. [...] Na história do mundo, estão entrelaçadas as influências religiosas, políticas e econômicas, embora juntas se tenham inclinado para um ou outro lado em virtude de grandes acontecimentos políticos, ou por meio da influência de indivíduos de forte personalidade.

O economista austríaco Joseph Schumpeter (1934) foi um dos pioneiros a estudar os aglomerados de empresários. Para ele, o desenvolvimento econômico acontece por meio de processos cíclicos. Os ciclos originam-se da organização dos empresários (empreendedores) em grupos e de suas inovações tecnológicas. A esse tipo de agrupamento Schumpeter denominou metaforicamente de *exame de empresários*, em que eles impulsionam uns aos outros. Schumpeter aplicou o termo *cluster* para identificar o caráter de blocos, geradores de ciclos e fases de prosperidade (*business cycles*), em que os pioneiros abrem portas para outros empreendedores. As fases de prosperidade são ondas de inovação.

A idéia de estudar e analisar o turismo com a visão de Schumpeter, de *exames de empresários*, ou em sistema de *clusters*, está presente em vários círculos acadêmicos e empresariais. O conceito visionário de Schumpeter mantém-se atualizado e, apesar de dificuldades e desafios inerentes ao sistema capitalista e ao Brasil como economia em desenvolvimento, a idéia de *exame de empresários* é aplicada em métodos de gestão e desenvolvimento sistêmico do turismo. Esse método considera que o estado se faz presente nesse processo, como parceiro das demais organizações e empresas. Schumpeter salienta que, na crise, o governo reduz impostos e apóia as empresas com créditos e condições. Mesmo que seja somente em épocas de crise, Schumpeter considera importante a atuação do estado, de alguma forma, no processo de desenvolvimento econômico.

O agente da mudança é o produtor, que a desencadeia por meio de alguma inovação no produto, no método de produção, na organização da indústria, ou ainda pela descoberta de fonte de matéria-prima ou de mercado consumidor. Schumpeter dedica o adjetivo *empresário* apenas ao inovador, ou seja, àquele que desencadeia uma revolução. Os que o seguem são meros administradores. O combustível de tais revoluções é o crédito. Entra em cena o papel dos capitalistas.

Albert Hirschman (1961) destaca e detalha as vantagens da criação de uma indústria local, comparativamente à importação de determinado produto, mas defende que a demanda deve anteceder a implantação de uma organização produtiva. Em uma abordagem pioneira, Hirschman descreve reações em cadeia, para frente e para trás, da estrutura produtiva de determinada economia. Elabora também o conceito de cadeia retrospectiva com base na

idéia de que um setor industrial criará os meios para produzir os *inputs* necessários para a sua atividade econômica. Caso uma atividade não atenda exclusivamente às procuras finais, buscará novas atividades para aplicação dos *inputs* e da produção, criando-se a cadeia prospectiva.

Como sinônimos desses conceitos, diversas atividades articuladas em elos formam encadeamentos, configurando cadeias produtivas ou cadeias de valor. A cadeia retrospectiva proporciona condições mínimas para manter-se e competir no mercado. É do processo da cadeia prospectiva que surge a indústria-satélite, estabelecida em um ambiente favorável, em razão de fatores vantajosos, como localização próxima à indústria principal e possibilidade de empregar, como *input*, um produto ou subproduto da indústria principal. Hirshman (1961) amplia esses conceitos com a visão de caráter cumulativo do desenvolvimento, decorrente de os atributos e vantagens das indústrias em conjunto serem maiores do que cada indústria isoladamente.

Lasuen (1975, p. 136-7) observa:

Hirshman argumenta que o desenvolvimento, em seus primeiros estágios, precisa ser geograficamente polarizado, concentrando-se em “pontos de crescimento”, por causa da falta de empresariado fora daqueles centros. O emprego de recursos na criação de infra-estrutura nas regiões subdesenvolvidas, com o intuito de atrair investimentos industriais, é uma estratégia antieconômica. Dito de outra maneira, Hirshman acredita, assim como Perroux e a escola francesa, na inexorabilidade do desenvolvimento polarizado. Hirshman argumenta, porém, que a melhor maneira de reduzir os efeitos negativos das polarizações geográficas não é o de estabelecer pólos de compensação. Antes, ele sustenta que é melhor: 1) alimentar o crescimento dos pólos existentes, na esperança de que eles eventualmente esvaíam-se e 2) aumentar a atração das áreas subdesenvolvidas para aumentar a possibilidade do escoamento dos pólos.

A análise das cadeias produtivas — dos insumos ao produto final — parte sempre de uma delimitação conceitual, determinada pela finalidade a que o estudo se propõe, uma vez que elas se fundem e se inter-relacionam sem delimitações fixas naturais. A partir dos anos 1990, a abordagem das cadeias passou por mudanças conceituais, determinadas principalmente pela globalização da economia. Seguem-se algumas abordagens e definições recentes sobre o tema.

Kertsnetzky, Prochnik e Dantas (2002) partem do conceito de indústria e definem cadeia produtiva como um conjunto de etapas consecutivas em que insumos são transformados e transferidos. Nessa abordagem, destacam: cadeia empresarial, em que cada etapa do processo é feita por uma empresa ou um grupo de empresas, e cadeia setorial, em que cada etapa representa um setor econômico e os intervalos correspondem ao mercado entre esses segmentos. Cadeias produtivas são consideradas concorrentes quando seus produtos atendem a um mesmo mercado. A concorrência pode acontecer entre empresas da mesma indústria, entre indústrias de uma cadeia ou entre diferentes cadeias. Apesar da concorrência, a cooperação coexiste com a competição. Empresas concorrentes têm interesses em comum ante outras indústrias.

Albagli e Brito (2003) acrescentam que o encadeamento das atividades econômicas resulta da crescente divisão do trabalho, em que cada agente da cadeia produtiva especializa-se em

uma etapa do processo produtivo. Geograficamente, uma cadeia produtiva pode ter âmbitos local, regional, nacional ou mundial. Carvalho e Laurindo (2003) argumentam que cadeias produtivas globais caracterizam-se pela produção e comercialização de mercadorias envolvendo tomada de decisões estratégicas e formação de cadeias internacionais de suprimentos. Citando Gereffi, os autores dividem-nas em dois formatos: as dirigidas pelo produtor (por exemplo, a automotiva) e as dirigidas pelo comprador.

Prochnik (2001) define *cluster* como um complexo industrial e as cadeias produtivas como partes de um complexo. Prochnik considera que distritos e pólos industriais são, na prática, aglomerações urbanas e conjuntos de instituições em torno de uma cadeia produtiva.

Para Dall'Acqua (2003), a globalização alterou a economia mundial nos anos 1990, com reflexos diretos na atividade industrial. E esse impulso pode ser produzido pela demanda por turismo. Dall'Acqua entende as cadeias como síntese da atividade econômica e cita três categorias de abordagens conceituais nesse estudo: técnico-organizacional, microeconômica e de questões de poder. A nova dimensão de territorialidade das cadeias globais é destaque na análise de Dall'Acqua (2003). Na atualidade, a noção de território transcende o aspecto geográfico e abrange pontos distantes, ligados por formas e processos sociais. Esse espaço econômico é organizado hierarquicamente, com seu comando concentrado em cidades mundiais — nas quais a tecnologia da informação tem papel relevante — e bases espalhadas pelo mundo.

Ablas e Czamanski (1982) abordam a escolha correta de indústrias possíveis de serem implantadas em determinado local, de forma a atacar pontos-chave que gerem efeitos secundários significativos. Os autores tratam da confusão conceitual que envolve agrupamento que, para eles, é uma tradução do inglês *cluster* — um subconjunto de indústrias ligadas entre si por fluxos fortes de bens e serviços. Essa definição não tem conotação espacial, diferentemente de um complexo, em que também há localização geográfica próxima.

As conclusões de Abblas e Czamanski (1982) permitem uma abordagem integrada, pela qual se verifica que o agrupamento de atividades econômicas propicia: a) maior aproveitamento de economias externas; b) favorecimento a economias internas; c) direcionamento de investimentos a setores estratégicos; d) minimização do grau de vazamento da economia; e) atração de excedentes de outras regiões; f) dinamização do desenvolvimento econômico; g) elevação dos níveis de renda e emprego.

6. Síntese analítica do desenvolvimento da Região das Hortênsias

Para a delimitação territorial da Região das Hortênsias, que abrange os municípios de Gramado, Canela, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula, prevaleceu a iniciativa e a decisão das gestões públicas e das entidades privadas locais. Esse fato é importante porque demonstra que a iniciativa da integração regional é espontânea, democrática e legítima, pois partiu do interior das próprias comunidades da Região.

A delimitação físico-espacial da Região das Hortênsias teve por base a vocação e o desenvolvimento turísticos. O elevado índice de concentração de meios de hospedagem, comparativamente a outras regiões do estado e do País, é uma das características que comprovam a vocação turística e justificam a delimitação geográfica, considerando-se os

projetos de interesse comum entre os quatro municípios. Independentemente dos critérios destacados para a delimitação territorial, convém observar que, no caso da Região das Hortênsias, o turismo é a atividade predominante em relação às demais e em comparação a outras regiões.

A sustentabilidade ambiental é considerada determinante para a sobrevivência do turismo e para as externalidades. Em razão disso, têm-se preservado importantes áreas naturais. Talvez essa preservação não existisse se a principal atividade econômica da Região das Hortênsias não fosse o turismo, pois o cenário turístico é constituído por paisagens nativas ou cultivadas. A vocação turística de Gramado torna a preservação do meio ambiente condição vital para a sobrevivência do setor. O turismo de Gramado nasceu da qualidade do clima, das paisagens de flora nativa e das reservas aquáticas.

No campo da inclusão social, o turismo, como principal atividade econômica, proporciona retenção e distribuição de renda para geração de demanda interna como poder de consumo pela população. Além disso, a cadeia produtiva do turismo de Gramado e Canela é a maior responsável pela geração de recursos que possibilitam os investimentos na área social, envolvendo saúde, habitação, saneamento básico e educação.

Mesmo que se questione a coerência de propostas de solidariedade para a distribuição qualitativa e quantitativa de vantagens e benefícios, é preciso considerar que a integração regional deve ter uma razão mais ampla e profunda do que o desenvolvimento do turismo para a sobrevivência das atividades produtivas setoriais e empresas estabelecidas.

A equalização intra-regional implementa-se, porém, por meio do turismo, em razão das ações de divulgação e comercialização de forma isolada e, mais recentemente, por iniciativas integradas estimuladas pelas organizações públicas (prefeituras municipais) e entidades privadas (Sindicatos de Hotéis). Em razão disso, o turista é o principal agente de injeção e circulação de riquezas à medida que percorre os roteiros e consome os serviços de cada um dos quatro municípios. É esse processo implementado pelo turismo que contribui para reduzir os contrastes e as disparidades do desenvolvimento socioeconômico entre os municípios.

Uma das decorrências naturais das taxas positivas do desenvolvimento econômico regional é, certamente, o aumento do número de empregos em turismo, significando uma importante contribuição para a inclusão social, até mesmo das pessoas que emigraram dos Campos de Cima da Serra e de outras regiões do estado e do País. Pode-se inferir que a Região das Hortênsias tem desempenhado uma atuação exemplar na realização do desenvolvimento socioeconômico. Como exemplos de indicadores, têm-se a contenção do êxodo rural e o constante fluxo de imigrantes provenientes de outras regiões e de outros estados à procura de emprego.

A diversidade do perfil produtivo é um dos fatores relevantes do desenvolvimento regional. Além dos setores de comércio e serviços que constituem o sistema turístico — formado por meios de hospedagem, meios de alimentação, atrativos e lojas de artigos diversos —, existem indústrias de móveis, chocolates, malharias, vestuário, couro, calçados e metalurgia. A oferta de produtos a preços competitivos é razão fundamental da preservação do fluxo turístico. Salientam-se, também, a agricultura, o artesanato e a recente e gradativa expansão da construção civil. Incentivos à manutenção e à

consolidação dessa diversidade produtiva são estratégias de fomento de um círculo virtuoso de prosperidade a ser priorizado pelos responsáveis dos setores público e privado.

Pelas influências e reflexos das ações do desenvolvimento do turismo sobre as regiões que a cercam, a Região das Hortênsias pode ser classificada como polarizadora. Na relação do turismo regional com o turismo de outras regiões, predomina o impulso ao desenvolvimento interativo, podendo-se descartar a idéia de que não haveria exploração de outras regiões, em prejuízo das mesmas, de acordo com o conceito de causação circular cumulativa.

7. Considerações finais

Feita a revisão teórica da geografia do desenvolvimento econômico, das teorias das cadeias produtivas e dos aglomerados econômicos, em uma primeira aproximação, este artigo identificou os principais elementos para análise do desenvolvimento regional. A Região das Hortênsias (Serra Gaúcha), importante destino turístico do Rio Grande do Sul, formada pelos municípios de Gramado, Canela, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula, serviu de laboratório para validação dos elementos do referencial teórico e identificação dos elementos tácitos. A contextualização do estudo foi a região turística, em razão de o turismo constituir-se em um dos mais relevantes setores da economia mundial, gerador de empregos, rendas e propulsor de negócios e cadeias produtivas. O estudo aplica-se, portanto, a regiões com vocações econômico-produtivas diversas.

O primeiro elemento é a delimitação espacial da região, considerando-se atividades econômicas predominantes e que constituem aglomerações ou cadeias produtivas com abrangência territorial definida. Além desse critério, a delimitação geográfica regional justifica-se por fatores de homogeneidade e contigüidade territorial, como clima, vegetação, solo e reservas de recursos naturais. É coerente questionar se a atividade econômica polarizadora ou dominante cria um círculo virtuoso de impulso a outras atividades. Esse elemento pode ser definido como sinônimo de efeito multiplicador. As externalidades, como elementos do ambiente favorável ao efeito multiplicador, implementam-se por meio de inovação tecnológica, fluxo de informações, qualificação e atualização do fator humano e existência de organizações de ensino e pesquisa. Existem iniciativas para fortalecer esses elementos?

Ainda no sentido de geração de externalidades, é importante identificar se o setor produtivo cria os próprios *inputs* necessários às atividades, gerando-se uma cadeia retrospectiva. A capacidade de desenvolvimento endógeno é um elemento importante para definir se a região classifica-se como programa, piloto ou de planejamento, em função das necessidades de intervenção governamental. A relação da região com outras regiões é uma relação de complementaridade que leva ao desenvolvimento da região menos rica, ou mantém-se o efeito da causação circular cumulativa? Existem políticas públicas para romper os efeitos da causação circular cumulativa das disparidades internas? A mobilidade, como elemento indutor dos fluxos produtivos e comerciais, depende de transportes, acessos, estradas e comunicação para superar as distâncias. O elemento urbanização contempla a mobilidade e compõe o elenco de externalidades abrangendo a infra-estrutura e os serviços das cidades.

Considerando-se que o elemento-chave do desenvolvimento regional é a capacidade de exportação, convém definir outros elementos com questões como: qual é a base de exportação, ou que tipo de demanda a região é efetiva e potencialmente especializada em atender? O preço dos produtos ou serviços é competitivo? Qual a magnitude da participação regional no mercado? É importante definir se a exportação é acompanhada por poder de retenção monetária, minimizando-se vazamentos da economia, atraindo-se excedentes de outras regiões e direcionando-se investimentos a setores estratégicos. Além da capacidade exportadora, a situação do circuito produtivo considera as estruturas de consumo e a distribuição de renda como elementos de demanda interna. Podem-se destacar ainda os elementos: suscetibilidade ou independência às flutuações conjunturais; disponibilidade e utilização eficiente de recursos naturais; definição do estágio do ciclo de crescimento econômico (prosperidade, estagnação) e situação dos elos para articulação de cadeias de valor. É importante considerar que outras revisões podem contemplar a existência da cultura do empreendedorismo e a intensidade dos laços de cooperação coexistindo com a competição como elementos fundamentais para o desenvolvimento regional.

Referências

ABLAS, Luiz. Alguns aspectos do desenvolvimento regional. *Planejamento & Conjuntura*. São Paulo, SEP, n.º 69, out. 1973.

_____ e CZAMANSKI, Stan. Agrupamentos e complexos industriais: uma revisão de métodos e resultados. In: LONGO e RIZZIERI. *Economia urbana: localização e relações intersetoriais*. São Paulo: IPE/USP, 1982.

ALBAGLI, Sarita e MACIEL, Maria Lúcia. Capital social e desenvolvimento local. In: LASTRES, M. H. *et al. Pequena empresa — Cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional*. São Paulo: Atlas, 1987.

ARRILLAGA, J. I. *Introdução ao turismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

BARQUERO, Antonio Vazquez. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2001.

BOUDEVILLE, Jacques, R. *Os espaços econômicos*. São Paulo: Difel, 1973.

BRITO, J. e ALBAGLI, S. Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. *Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais*. Rio de Janeiro: RedeSist, 2003.

CARVALHO, Marly M. de e LAURINDO, Fernando, J. B. *Estratégias para competitividade*. São Paulo: Futura, 2003.

CASAROTTO FILHO, Nelson e PIRES, Luis Henrique. *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista de competitividade global com base na experiência italiana*. São Paulo: Atlas, 2001.

CASSIOLATO, José Eduardo e LASTRES, Helena M. M. O foco em arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, M. H. *et al.* *Pequena empresa — Cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CHOLLEY, André. *La géographie (guide de l'étudiant)*. Paris: PUF, 1951.

CLEMENTE, Ademir e HIGACHI, Hermes Y. *Economia e desenvolvimento regional*. São Paulo: Atlas, 2000.

COOPER, Chris; FLETCHER, Jonh; WANHILL, Stephen; GILBERT, David e SHEPEHERD, Rebecca. *Turismo, princípios e prática*. São Paulo: Artimed, 2001.

COURLET, Claude e PECQUEUR, Bernard. District industriels, systèmes productifs localisés et développement. In: [Autor?] *Le nouvelles logiques du développement*. Paris: L'Harmattan, 1996.

DALL'ACQUA, Clarisse T. B. *Competitividade e participação: cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômicos global e local*. São Paulo: Annablume, 2003.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979.

HADDAD, Paulo Roberto. *Clusters e desenvolvimento regional no Brasil. Cluster — Revista Brasileira de Competitividade*, Belo Horizonte, vol. 1, n.º 2, ago./nov., 2001.

_____. *Desequilíbrios regionais e descentralização industrial*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

_____. *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza/CE: Banco do Nordeste do Brasil, 1988.

HANSEN, Niles M. Teoria dos pólos de desenvolvimento em um contexto regional. In: FAISSOL, Speridião. *Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

HIRSCHMAN, Albert O. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HISSA, Hélio B. *Distritos industriais (ou clusters) como estratégias de desenvolvimento econômico local para o Brasil*. São Paulo: Economianet, 2003.

HUGON, Paul. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Atlas, 1984.

IGLIORI, Danilo Camargo. *Economia dos clusters industriais e desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado em Economia. IPEA/Universidade de São Paulo — USP, 2000.

KAYSER, Bernard. A Região como objeto de estudo da geografia. In: KAYSER, Bernard *et al.* *A Geografia. Ativa*. São Paulo. Difel/EDUSP, 1966.

KERTSNETZKY, J.; PROCHNIK, V e DANTAS, A. Empresa, indústria e mercados. In: KUPFER, D. e HASENCLEVER, L. (orgs.). *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LASUEN, J. R. A respeito dos pólos de crescimento. In: FAISSOL, Speridião. *Urbanização e regionalização: relações como o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

- LICKORISH, Leonard L. e JENKINS, Carson L. *Introdução ao turismo*. Rio de Janeiro: Campos, 2000.
- MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia: tratado introdutório*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1972.
- MUSA, Fernando. Uma visão de conjunto. *Cluster. Revista Brasileira de Competitividade*, Belo Horizonte, nov. 2001.
- NETO, João Amato. *Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas*. São Paulo: Atlas, 2000.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Política internacional contemporânea: mundo em transformação*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- PERRIN, J. C. *Le developpement regional*. Paris: C.N.R.S., 1974.
- PERROUX, François. O desenvolvimento. In: DURAND, José Carlos Garcia. *Sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- _____. *A economia do século XX*. Lisboa: Livr. Moraes Ed., 1967.
- POLÈSE, Mário. *Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações econômicas*. Coimbra: APDR, 1998.
- PROCHNIK, Victor. *Cadeias produtivas na política da ciência tecnologia e inovação*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- ROCHEFORT, Michel. *Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SACHS, Ignacy. *Capitalismo de estado e subdesenvolvimento*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1969.
- SCHUMPETER, J. A instabilidade do capitalismo. *Literatura Econômica*, Rio de Janeiro, vol. 6, n.º 2, 1994, p.153-90.
- _____. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Os economistas).
- WAHAB, Salah-Eldin Abdel. *Introdução à administração do turismo: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional: teoria e prática*. Trad. Luiz Roberto de Moraes Junqueira. São Paulo: Pioneira, 1991.